

A mulher no mercado de trabalho em Porto Alegre: uma nota introdutória

Patrícia Maria Diógenes de Oliveira Follador*

A participação da mulher no mercado de trabalho vem crescendo consideravelmente nas últimas décadas, em âmbito mundial. Enquanto, no início do século XX, sua presença no processo produtivo era incipiente e restrita a trabalhos pouco especializados, hoje, a força de trabalho feminina é peça fundamental no alicerçamento da estrutura ocupacional.

Particularmente no Brasil, estudos mostram que, a partir da década de 70, a proporção de mulheres atuando no mercado de trabalho é cada vez maior e não mostra nenhuma tendência de retrocesso.¹

Nesta breve nota, através de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, buscar-se-á caracterizar a situação das trabalhadoras ocupadas residentes no Município de Porto Alegre, em 2000, fazendo uma comparação com o ano de 1995. Mais especificamente, tratar-se-á de identificar as características pessoais das ocupadas residentes na cidade, os setores de atividade em que atuam e os rendimentos por elas recebidos, procurando também traçar um comparativo com a força de trabalho masculina. A título de ilustração, fazem-se, ainda, alguns contrapontos com a força de trabalho das mulheres residentes na RMPA.

A realização de uma análise comparativa do ano 2000 com 1995 objetiva identificar as especificidades do comportamento da ocupação feminina em dois momentos econômicos distintos. Esse recorte temporal se justifica pela forte influência exercida pela conjuntura econômica brasileira atrelada ao Plano Real sobre os mercados de trabalho locais. Esse plano priorizou o controle da inflação em detrimento do uso de políticas expansionistas, que levam à geração de emprego e renda. De fato, houve êxito com relação à desindexação da economia, diminuindo sensivelmente os níveis inflacionários. Porém os altos juros e o câmbio sobrevalorizado aumentaram a fragilidade da economia no plano internacional, restringiram o crescimento econômico e agravaram o déficit público. Em relação ao mercado de trabalho do município, as conseqüências dessas políticas acabaram por agravar a situação dos trabalhadores, implicando aumento das taxas de desemprego, queda no nível ocupacional e retração nos rendimentos recebidos pelos ocupados. Apesar de ter afetado os trabalhadores em sua totalidade, esse quadro mostrou-se desfavorável em maior medida para as mulheres, como se verá a seguir.

Abordando, em um primeiro momento, dados de natureza demográfica, no Município de Porto Alegre encontrou-se uma população residente estimada em 1.296 mil indivíduos em 2000. Destes, 1.115 mil tinham 10 anos e mais, correspondendo à População em Idade Ativa (PIA), que aponta a dimensão máxima da oferta potencial de força trabalho. As mulheres constituíam maioria na PIA, correspondendo a 54,6%. Já na População Economicamente Ativa (PEA)², as mulheres eram minoria, representando apenas 47,4%. As que se encontravam na condição de ocupadas, por sua vez, tinham uma participação ainda menor em relação aos homens: 46,2% dos trabalhadores eram mulheres, do total de 550 mil ocupados no município.

Fazendo um contraponto com a Região Metropolitana de Porto Alegre, percebe-se que há maior presença feminina tanto na PIA quanto na PEA da Capital. Na RMPA, as mulheres representavam 52,9% do total da PIA. Na composição da PEA, elas correspondiam a 44,7% do total da força de trabalho da região, proporção também inferior à das mulheres residentes em Porto Alegre.

* Economista, Técnica representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre no Convênio PED-RMPA.

¹ Para maiores detalhes, ver Bruschini (1993).

² A PEA é a parcela da PIA que se encontra na condição de ocupada ou desempregada.

As taxas globais de participação — indicador que expressa a proporção da PIA incorporada ao mercado de trabalho na condição de ocupada ou desempregada — vêm crescendo de forma expressiva no mercado de trabalho do município, nesse período. Verifica-se, no entanto, que, a despeito de a participação masculina ser superior à feminina, essa taxa cresceu muito mais para as mulheres do que para os homens. A taxa de participação feminina, que era de apenas 46,4% em 1995, passou a 50,6% em 2000, representando um aumento de 4,2 pontos percentuais. A taxa de participação masculina, que representava 66,2% no primeiro ano, passou para 67,4%, indicando um aumento de somente 1,2 pontos percentuais (Tabela 1).

Na comparação com a RMPA, observa-se que a participação no mercado de trabalho por parte das mulheres residentes em Porto Alegre é superior, embora essa taxa tenha crescido em maior proporção para as mulheres da Região — em 1995, a taxa de participação das mulheres da RMPA era de 43,9% e passou a 49,7% em 2000, representando um aumento de 5,8 pontos percentuais.

Apesar de se constituírem em maioria na PIA e sua participação no mercado de trabalho ter aumentado expressivamente, as mulheres têm maiores dificuldades em conseguir emprego. Observando-se a Tabela 2, constata-se que as taxas de desemprego femininas sempre foram maiores que as masculinas em relação à respectiva PEA e, ainda, que cresceram de forma mais intensa — a taxa de desemprego feminina cresceu seis pontos percentuais, enquanto a masculina cresceu apenas 5,6 pontos percentuais no período em análise. Na comparação com a taxa de desemprego feminina da RMPA, observa-se que, em todos os anos, as mulheres de Porto Alegre mantêm um grau menos acentuado de exposição ao desemprego: sua taxa é mais baixa, e o aumento ocorrido no período foi menor do que o das mulheres da RMPA — em Porto Alegre, a taxa de desemprego feminina aumentou seis pontos percentuais, contra os 6,7 pontos percentuais de aumento na RMPA.

No período analisado, verificou-se que foi crescente a proporção de mulheres entre os ocupados do Município de Porto Alegre. O aumento do número de mulheres ocupadas do município entre 1995 e 2000 foi de 6,3%, enquanto os homens apresentaram queda na ocupação de 1,7%, resultando na expansão do contingente de ocupados em apenas 1,8%.

Todavia a inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho de Porto Alegre ocorre em condições mais desfavoráveis do que a dos homens, o que se expressa pelos postos de trabalho menos qualificados que ocupa e pelos rendimentos recebidos, via de regra, inferiores aos dos homens.

A comparação, por exemplo, do nível de instrução das mulheres com o dos homens entre 1995 e 2000 mostrou que a força de trabalho feminina é mais escolarizada. Em 2000, 23,7% do total de mulheres ocupadas no município possuíam ensino superior completo, enquanto apenas 19,7% dos homens tinham essa escolaridade. Por outro lado, entre as mulheres ocupadas, a proporção daquelas que possuíam até ensino fundamental incompleto era menor do que entre os homens: 25,1% contra 26,8% respectivamente.

Durante o período analisado, houve uma melhora no nível educacional da população ocupada, o que se reflete na distribuição dos ocupados segundo o nível de escolaridade: em 2000, comparativamente a 1995, constatou-se maior concentração de ocupados nos níveis de maior escolaridade e menor nos de mais baixa instrução. A melhora desse quadro ocorreu com maior intensidade entre as mulheres. No nível superior completo, a participação feminina aumentou 5,6 pontos percentuais, e diminuiu 8,0 pontos percentuais a concentração daquelas com até o ensino fundamental incompleto. Entre os homens ocupados, a redução em participação daqueles com até ensino fundamental incompleto foi maior — 9,5 pontos percentuais —, mas o crescimento daqueles com ensino superior completo foi de apenas 4,9 pontos percentuais (Tabela 3).

Um fato importante a destacar é que mais da metade dos ocupados de Porto Alegre possuem, no mínimo, ensino médio completo. Isso indica que a capital possui uma força de trabalho bastante qualificada, com destaque para as mulheres, entre as quais 58,1% têm esse nível de instrução, contra 53,2% do total de homens ocupados.

Já na análise dos ocupados por cortes de idade, não se verificaram diferenças importantes entre homens e mulheres. Em 1995, o segmento de mulheres e homens com idade de 40 anos e mais representava cerca de 37,1% cada um de seu respectivo contingente de ocupados. Em relação a 2000, houve aumento de cerca de

5,8 pontos percentuais para o mesmo segmento em ambos os sexos. Já para os ocupados com idade de 25 a 39 anos, houve grandes reduções — de 44,4% para 39,1% entre as mulheres e de 41,3% para 37,8% entre os homens. Entre os ocupados, a redução de participação de jovens com idade entre 10 e 17 anos foi bem menos expressiva no mesmo período — de 2,9% para 2,1% entre as mulheres e de 4,6% para 2,4% entre os homens. Pode-se ressaltar que, no ano de 2000, a concentração de homens e mulheres ocupados ficou praticamente a mesma em todos os segmentos de idade — distribuição esta muito semelhante à do primeiro ano da série —, ratificando a idéia de que a mudança do perfil etário dos ocupados ocorreu de maneira uniforme entre os sexos (Tabela 4).

O exame dos ocupados no domicílio de residência, por sua vez, mostra uma mudança interessante no perfil da força de trabalho feminina do município. No período compreendido entre 1995 e 2000, a proporção de mulheres que ocupavam a posição de chefe no domicílio em que residiam cresceu, passando de 21,9% para 25,4%, o que reforça a figura da mulher que assume a responsabilidade pelo sustento familiar, rompendo com a dependência tradicional em relação ao homem (Tabela 5).

Em relação aos setores de atividade econômica, observa-se que o Município de Porto Alegre é um centro de serviços. Em 2000, 63,8% do total de ocupados de Porto Alegre trabalhavam nesse setor. O comércio aparecia em segundo lugar (15,5%), seguido da indústria de transformação (8,4%), dos serviços domésticos (7,6%) e da construção civil (4,4%). A comparação com o ano de 1995 mostra que o setor serviços foi o único a apresentar aumento do nível de ocupação, uma vez que os outros setores eliminaram postos de trabalho, com exceção dos serviços domésticos, que apresentou uma pequena variação positiva.

Observando a ocupação setorial por gênero, verifica-se que, em 1995, o setor serviços concentrava 60,7% das mulheres ocupadas no município, seguido pelo comércio (16%) e serviços domésticos (15,2%). Os homens, por sua vez, eram maioria também no setor serviços (58,9%), seguido pelo comércio (18,3%) e pela indústria (13%). Os dados mostram que a diferença entre a ocupação setorial feminina e a masculina reside nos setores que ocupam o terceiro lugar em relação ao nível ocupacional. Enquanto as mulheres predominam no segmento serviços domésticos, os homens são maioria na indústria.

No confronto com 2000, percebe-se que esse perfil ficou quase inalterado, a não ser pela redução do espaço feminino no setor serviços. No primeiro ano da série, entre as mulheres, a proporção que estava ocupada nesse setor era superior à dos homens em relação ao seu respectivo contingente. Já, no último ano, essas proporções passaram a ser praticamente iguais (cerca de 63,8%) para ambos os sexos (Tabela 6).

O comportamento do nível ocupacional por setor da RMPA foi bastante parecido com o da Capital. No mesmo período, houve perdas de participação em quase todos os setores, com exceção do setor serviços. No exame por gênero, entretanto, constataram-se diferenças substanciais. Apesar do aumento da participação masculina no setor serviços ter sido maior do que a feminina em relação ao seu respectivo contingente (3,9 pontos percentuais contra 3,5 pontos percentuais), as mulheres continuaram com uma proporção maior do que a dos homens nesse setor. Esses dados se tornam relevantes ao se considerar que aquele primeiro setor é o principal responsável pela ocupação da força de trabalho da RMPA e vêm acentuando essa tendência desde o início da série da Pesquisa — em 1992, esse setor era responsável por 46,9% da ocupação na Região, tendo aumentado para 50,9% em 2000 (Tabela 7).

Analisando-se o rendimento médio da população ocupada do município, percebe-se que as mulheres, em 1995, tinham um rendimento médio 30,6% inferior ao dos homens, ou seja, o seu rendimento médio era de R\$ 690,00, enquanto o dos homens chegava a R\$ 994,00. Já em 2000, essa diferença caiu em 0,4 pontos percentuais, em decorrência do incremento no rendimento das mulheres (7,1%), que foi proporcionalmente maior que o verificado no dos homens (6,4%). Essa redução do diferencial de rendimentos observada no ano de 2000, no entanto, foi insuficiente para alterar o padrão de desigualdade de remuneração entre os sexos (Tabela 8).

Outra forma de constatação da defasagem da remuneração das mulheres em relação aos homens é a análise do rendimento de acordo com o nível de escolaridade. Em 1995, os rendimentos masculinos eram superiores aos femininos em todos os segmentos de escolaridade. Destaca-se, no entanto, que a diferença

diminui à medida que aumenta o grau de instrução. As mulheres com até ensino fundamental completo eram as que se encontravam com os menores rendimentos e ainda tinham a maior defasagem em relação aos dos homens com a mesma escolaridade. O rendimento médio feminino nesse segmento, em 1995, era de R\$ 328,00, passando a R\$ 323,00 em 2000, o que significou uma redução de 1,5%, enquanto o masculino era de R\$ 560,00 e ficou em R\$ 549,00, reduzindo-se em 1,9%. Houve uma pequena redução da diferença dos rendimentos entre 1995 e 2000, já que a evolução dos mesmos foi muito parecida para ambos os sexos: os homens ganhavam 70,7% mais que as mulheres no primeiro ano, contra os 69,9% que passaram a receber a mais no último ano.

As mulheres com ensino fundamental completo, por sua vez, tiveram uma redução bem maior no período. Enquanto em 1995 elas recebiam R\$ 501,00, em 2000 passaram a ganhar R\$ 411,00, significando uma redução de 18,0%, ao passo que o rendimento dos homens, que era de R\$ 809,00, passou a R\$ 701,00, implicando uma queda de 13,3%. A diferença em relação aos homens aumentou bastante, passando estes a receberem 70,6% acima das mulheres no último ano, enquanto no primeiro esse percentual era de 61,5%.

Os ocupados com ensino médio completo também tiveram decréscimo em seu rendimento. Entre as mulheres, houve redução de 15,7% — passou de R\$ 816,00 para R\$ 688,00 — e, entre os homens, de 13% — diminuiu de R\$ 1.249,00 para R\$ 1.087,00 —, o que resultou num aumento do diferencial salarial entre os gêneros em quase 5 pontos percentuais.

O nível de escolaridade onde a proporção de mulheres superou a dos homens no ano 2000 foi o que apresentou o desempenho mais favorável quanto ao seu rendimento, não obstante a enorme desvantagem que ainda existia para as mulheres. Enquanto o rendimento médio das mulheres com nível superior apresentou incremento de 7,7%, o dos homens cresceu 6,5%. Isso fez com que se reduzisse a defasagem no período, a qual passou de 49,5% em 1995 para 47,8% em 2000 (Tabela 7).

Os dados mostram que o fato de possuírem um grau de instrução mais elevado não proporciona às mulheres ocupadas um rendimento médio igual ou superior ao dos homens. Tal diferença é mais um indício de que o trabalho feminino é menos valorizado, já que, apesar da capacitação, as mulheres não conseguem se inserir nas funções que propiciam maiores remunerações (Tabela 9).

Por fim, a relação de desigualdade entre os gêneros na esfera produtiva parece estar se reduzindo muito lentamente ao longo do tempo, embora a participação feminina no mercado de trabalho tenha aumentado consideravelmente no período analisado. A análise referente ao grau de instrução evidenciou que apenas nos níveis superiores de escolaridade a mulher conseguiu reduzir a defasagem salarial em relação aos homens.

Um outro fator que atesta essa diferença foi mostrado na análise dos setores de atividade. A presença das mulheres é expressiva nos serviços domésticos, enquanto na indústria a ocupação masculina predomina. A vantagem da ocupação no setor industrial é evidente, tendo em vista a existência de relações de trabalho mais formalizadas, o que acontece de forma mais instável no outro segmento.

Por outro lado, o aumento de trabalhadoras que são chefes de família mostra a importância do trabalho feminino na estrutura familiar. Um dos fortes elementos que levaram ao aumento da presença das mulheres na esfera produtiva foi a busca de estabilidade econômica na família, já que, no mesmo período, as taxas de desemprego eram crescentes,³ e a remuneração percebida pelo trabalho feminino tornou-se importante fonte de renda no ambiente doméstico. Ao contrário do que se possa imaginar, isso acaba por estabelecer um quadro desfavorável a essas trabalhadoras, já que sua carga de responsabilidade é aumentada sem que as vantagens de sua inserção no mercado de trabalho, mencionadas no decorrer deste artigo, sejam dissipadas.

³ Segundo dados da PED, o número de desempregados aumentou de 57 mil para 100 mil indivíduos entre 1995 e 2000.

Bibliografia

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOIO, Heleith I. B.; VARGAS, Monica Muñoz (Orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994.

CASTILHOS, Clarisse C. Em compasso de espera. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 30-39, 1994.

INDICADORES ECONÔMICOS FEE. Porto Alegre, v. 28, n. 2, 2000.

INFORME PED: Mulher e trabalho. Porto Alegre: FEE, v. 1, n. esp., 2001.

INFORME PED: Mulher. Porto Alegre: FEE, v. 9, n. esp., 2000.

KON, Anita. **Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil**. São Paulo: ABET, 1998. 2v.

KRELING, Norma Herminia. Mulheres e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 4, p. 280-310, 1999.

MANUAL do entrevistador – PED-RMPA. Porto Alegre: FEE, 1991.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

Tabela 1

**Taxas globais de participação, segundo o sexo,
em Porto Alegre e na RMPA — 1995-00**

(%)

ANOS	PORTO ALEGRE			RMPA		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1995	55,5	66,2	46,4	55,6	68,4	43,9
1996	54,4	64,2	45,9	54,6	67,3	43,0
1997	53,9	64,9	44,7	54,0	67,1	42,3
1998	56,5	66,2	48,3	56,7	68,4	46,1
1999	58,1	67,0	50,5	58,3	68,6	49,0
2000	58,2	67,4	50,6	58,9	69,2	49,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Tabela 2

**Taxas de desemprego, segundo o sexo, em relação à respectiva PEA
em Porto Alegre e na RMPA — 1995-00**

(%)

ANOS	PORTO ALEGRE			RMPA		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1995	9,6	8,0	11,4	10,7	9,2	12,9
1996	11,7	11,3	12,1	13,1	12,4	14,1
1997	12,5	10,8	14,4	13,4	12,3	15,1
1998	14,2	12,3	16,4	15,9	13,7	18,6
1999	16,9	15,0	18,9	19,0	16,7	21,9
2000	15,4	13,6	17,4	16,6	14,2	19,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA

Tabela 3

**Distribuição percentual da população ocupada, por sexo e escolaridade,
em Porto Alegre — 1995 e 2000**

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	1995			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem escolaridade.....	2,2	2,1	2,3	1,6	1,5	1,8
Ensino fundamental incompleto.....	32,7	34,2	30,8	24,4	25,3	23,3
Ensino fundamental completo.....	18,5	19,4	17,4	17,9	19,0	16,7
Ensino médio completo.....	30,3	29,5	31,4	34,5	34,5	34,5
Ensino superior completo.....	16,3	14,8	18,1	21,6	19,7	23,7

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Tabela 4

**Distribuição percentual da população ocupada, por sexo e faixa etária,
em Porto Alegre — 1995 e 2000**

FAIXA ETÁRIA	1995			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 17 anos.....	3,9	4,6	2,9	2,3	2,4	2,1
18 a 24 anos.....	16,3	17,0	15,5	16,3	16,8	15,8
25 a 39 anos.....	42,7	41,3	44,4	38,4	37,8	39,1
40 anos e mais.....	37,1	37,1	37,2	43,0	43,0	43,0

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Tabela 5

**Distribuição percentual da população ocupada, por sexo e posição no domicílio,
em Porto Alegre — 1995 e 2000**

POSIÇÃO DO DOMICÍLIO	1995			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe.....	49,1	70,7	21,9	50,8	69,9	25,4
Demais membros.....	50,9	29,3	78,1	49,2	30,1	74,6

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Tabela 6

**Distribuição percentual da população ocupada, por sexo e setor de atividade,
em Porto Alegre — 1995 e 2000**

SETOR DE ATIVIDADE	1995			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100
Indústria.....	10,4	13,0	7,1	8,4	10,8	5,5
Comércio.....	17,3	18,3	16,0	15,5	16,5	14,2
Serviços.....	59,7	58,9	60,7	63,8	63,9	63,8
Serviços domésticos.....	7,0	0,6	15,2	7,6	0,6	15,7
Construção civil.....	5,2	8,7	0,7	4,4	7,5	0,5

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Tabela 7

**Distribuição percentual da população ocupada, por sexo e setor de atividade,
na RMPA — 1995 e 2000**

SETOR DE ATIVIDADE	1995			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria.....	21,9	25,1	17,3	19,9	23,3	15,1
Comércio.....	17,1	17,2	16,8	16,1	16,5	15,5
Serviços.....	47,0	46,1	48,5	50,9	50,0	52,0
Serviços domésticos.....	7,5	(1)	16,8	7,5	(1)	16,8
Construção civil.....	6,5	10,4	(1)	5,6	9,1	(1)

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 8**Rendimento médio da população ocupada, por sexo, em Porto Alegre — 1995 e 2000**

SEXO	(R\$)	
	1995	2000
Total	852	906
Homens	994	1 058
Mulheres	690	739

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Tabela 9**Rendimento médio dos ocupados, por sexo e escolaridade, em Porto Alegre — 1995 e 2000**

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	(R\$)			
	1995		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem escolaridade.....	(1)	(1)	(1)	(1)
Ensino fundamental incompleto.....	560	328	549	323
Ensino fundamental completo.....	809	501	701	411
Ensino médio completo.....	1 249	816	1 087	688
Ensino superior completo.....	2 149	1 437	2 288	1 548

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.